

A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL EM MULTICAMPIA: A EXPERIÊNCIA DO NEABI DA REDE IFBA

Isis Ceuta Pinto Alves¹
Jacineide Arão dos Santos²

RESUMO

O objetivo da conversa que estamos propondo é, partindo da narrativa da construção do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Neabi/IFBA), pensar o caminho de construção de uma política institucional em contexto de multicampia. A construção da política é apresentada como espaço de negociações e construções de sentidos sobre a educação para as relações étnico raciais, as ações afirmativas e o combate ao racismo institucional no Instituto Federal. Para a construção da narrativa partimos da análise dos processos SEI por onde a proposta tramitou ao longo da sua construção, até o processo de institucionalização do NEABI em cada um dos campi do IFBA, entendendo os Núcleos como espaços institucionais de efetivação de uma educação antirracista. Metodologicamente, trata-se de uma narrativa com abordagem qualitativa e exploratória, mediante revisão bibliográfica e documental, mas em especial trata-se de uma “escrevivência”. A análise do percurso traçado trás elementos essenciais que subsidiarão a construção em curso do Plano de Ação Afirmativa do IFBA dando indícios da centralidade que o NEABI da rede IFBA deve ter no processo de construção da política em curso.

Palavras-chave: NEABI. Política de Ações Afirmativas. Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

A criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas (Neabi) é uma das marcas do cumprimento das Leis nº 10639/2003 e nº 11.645/2008 nas instituições da educação básica e do ensino superior. No IFBA, em direção a institucionalização do Núcleo, é iniciada, em 2017, a elaboração do que viria ser o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABI da Rede IFBA, aprovado pelo Conselho Superior do Instituto através da Resolução nº 31, de 03 de novembro 2021.

A ideia de política que permeia a proposta de diálogo apresentada encontra referências nos estudos que, no campo da educação, buscam pensar o político em pressupostos discursivos, pensando política como prática discursiva. Há um deslocamento do entendimento do texto político - aqui tratando o Regulamento Neabi - como algo finalizado e fechado a ser implementado nos campi para uma compreensão deste como uma das referências que são

¹ Pedagoga. Técnica em Assuntos Educacionais do IFBA. isisceuta@ifba.edu.br

² Pedagoga. Técnica em Assuntos Educacionais do IFBA. jacineidearao@ifba.edu.br

acionadas nas comunidades que atuam construindo sentidos políticos sobre a educação para as relações étnico raciais, as ações afirmativas e o combate ao racismo institucional no IFBA.

METODOLOGIA

O presente texto se traduz num relato de experiência a partir de uma abordagem qualitativa tendo como referência os registros do caminho traçado para a construção dessa política por meio da análise, em especial, dos processos tramitados na instituição relativos a esse tema, nos registros das reuniões realizadas. Empreendeu também uma revisão de literatura que subsidiou a narrativa das autoras que estiveram imbricadas desde o início

A IMPLEMENTAÇÃO DO NEABI NA REDE IFBA

A proposta de construção parte de um grupo de servidoras negras e servidores negros lotados na Pro-Reitoria de Ensino do Instituto. Parte-se da ideia da política institucional muito menos como ponto de estabilidade ou encerramento das questões que trazem a política como necessidade, muito mais como referência que, ao negociar sentidos sobre a educação para as relações étnico-raciais no Instituto, permite criar e negociar ações sobre as questões que trazem a política como necessidade. A construção da política é vista como ponto mobilizador de contextos, sendo contexto compreendido como

uma construção interpretativa, baseada na suposição de um consenso implícito, mas estruturalmente vago, que tende à tentativa de coordenação do que se deve tratar entre seus limites e/ou a ‘prosseguir os diálogos no horizonte de uma inteligibilidade e de uma verdade do sentido’ (DERRIDA, 1991a, p.350), de modo que regras ou acordos gerais possam se instaurar. (LOPES, CUNHA, COSTA, 2013)

Aqui cabe sinalizar que contextos não são dados a priori, mas construídos ao tempo que “ao mencionarmos o contexto já não estamos nele ou o acessando, mas estamos o adulterando, alterando, traindo, engendrando outros contextos” (COSTA, LOPES, 2018). Pensamos o texto da política como horizonte que pode gerar movimentos em direção da construção da educação para as relações étnico raciais no IFBA.

A produção do texto da política tem início em 11 de agosto de 2017 com a criação da comissão sob a responsabilidade da PROEN, a princípio denominada com Grupo de Trabalho Central por está atrelada a Reitoria e desde sua origem havia a perspectiva de criação de comissões locais em cada um dos campi do IFBA para a construção coletiva. Após

reuniões para a construção de uma proposta de minuta, o Gt Central, pensando na descentralização e na democratização da construção do NEABI IFBA, propôs aos campi a construção de grupos de trabalhos locais compostos por representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica (técnicos (as) administrativos (as), discentes, docentes) e que os mesmos fossem criados por meio de portaria. Ocorrida a elaboração da minuta do referido regulamento pelo GT Central ocorreu a solicitação para a institucionalização dos Gts Locais em cada Campi do IFBA no dia 21 de dezembro de 2018; e na mesma época fora encaminhada a minuta do regulamento do NEABI Central aos campi para apreciação e deliberação da comunidade acadêmica. A partir de fevereiro de 2019 as portarias de criação dos GT's Locais (em cada Campus do IFBA) começaram a ser publicadas.

Após o retorno da minuta com as contribuições dos Gts locais, o GT Central realizou o trabalho de sistematização destas contribuições e encaminhou no dia 13 de junho de 2019 um quadro de sistematização para apreciação e revisão pelos GTs Locais, garantindo que todas as contribuições realizadas pela comunidade fossem contempladas na sistematização. Assim no período de 13 de junho de 2019 a 26 de julho de 2019 os Gts locais puderam apreciar a sistematização realizada e solicitar possíveis pedidos de alteração/correção do conteúdo. Havia a perspectiva de realização de um encontro presencial com a participação de representantes de todos os campi para a conclusão do texto da política a ser enviada ao CONSUP. Contudo as negociações e tratativas junto a gestão da instituição da época não logrou êxito. Destaca-se que a construção do NEABI atravessou um período de conturbações políticas em virtude da extrema direita no poder. Assim, como ocorreu em outras instituições, a gestão eleita não conseguiu tomar posse, o que impactou no processo de continuidade de criação do NEABI na Rede IFBA. Apenas, após mais de um ano da sua eleição, a gestora eleita tomou posse em 22 de dezembro de 2019.

Em virtude do período e dos desafios de uma nova gestão, somente em fevereiro de 2020 foi possível à equipe do GT Central dialogar com a atual gestão sobre os desafios para a Institucionalização do processo que envolvia o NEABI. Porém, em virtude do cenário de pandemia pelo novo coronavírus, foi realizada no dia 28 de abril de 2020 uma reunião via WEB conferência com os Gts Locais (com público flutuante que chegou a quase 50 pessoas) para decidir qual deveria ser a metodologia para darmos continuidade a condução dos trabalhos do NEABI. Foi deliberado em reunião a continuidade de construção da minuta da política. As reuniões, no âmbito do trabalho remoto, ocorreram via RNP, tendo ocorrido até a

finalização do texto do regulamento 13 reuniões ao longo de 7 meses. Nos intervalos das reuniões ocorria a produção/revisão do documento de forma online.

A princípio a elaboração do regulamento se restringia a criação do denominado NEABI Central, o qual estaria vinculado ao Gabinete da Reitoria, em sua redação original. Contudo a partir das intervenções dos Gts locais a proposta foi ampliada a fim de garantir que o documento criado desse conta da criação do NEABI em todos os campi do IFBA. Assim a minuta concluída enviada ao Conselho Superior do IFBA (CONSUP) trouxe a perspectiva de institucionalizar NEABIs locais (nos 22 campi do IFBA) e um Conselho Geral do NEABI, o qual ficaria vinculado a recém criada Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (DPAAE), sendo composto por representantes de cada um dos NEABIs, movimentos sociais (negro e indígena), diversos segmentos e setores estratégicos da Reitoria. Com parecer favorável da procuradoria jurídica, a minuta foi encaminhada ao CONSUP e aprovada, sendo publicada a Resolução Nº 31/11/2021. A institucionalização do NEABI na Rede IFBA se traduz em um importante marco para as políticas de ações afirmativas no IFBA. Os NEABIs institucionalizados em 20 campi do IFBA somado ao seu Conselho Geral vem desempenhando um papel fundamental no fortalecimento de uma educação afirmativa e inclusiva no IFBA, sendo imprescindíveis na elaboração em curso do Plano de Ação Afirmativa na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Regulamento do NEABI, um texto que compreendemos como um texto político, é ela própria criadora de contextos, pelos engendramentos que faz surgir, pelas relações entre sujeitos, entre referências e entre *campi* que tornou possíveis e necessárias. Os movimentos de produção de sentido sobre a educação para as relações étnico-raciais, sobre ações afirmativas e sobre o combate ao racismo institucional realizados nos contextos criados pela produção do Regulamento do Neabi fazem dela própria - a política - referência para a construção de outros textos políticos nos campi e no órgão de gestão central, a exemplo do Barema Institucional para Acompanhamento das ações voltadas para educação étnico-racial. Daí a nossa ideia que o texto da política - o Regulamento do NEABI - não é encerrado com a sua aprovação. Desse entendimento visualizamos as possíveis linhas de escapes e criação no tratamento com a política.

Referências

LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Erika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo. Da recontextualização à tradução: investigando políticas de currículo. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 13, n.3, 2013.

Costa, H. H. C., & Lopes, A. C. A contextualização do conhecimento no ensino médio: Tentativas de controle do outro. *Educação & Sociedade*, 39, 2018.